

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;  
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

Seminário Temático 12 - Democracia, Participação e Políticas identitárias e  
interseccionais: limites, impactos e horizontes  
Sessão 01 - Políticas públicas e instituições participativas: limites e possibilidades

**Mulheres na Economia Solidária: Participação e Movimento Social**

Ana Paula Vieira Freire

Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades- EACH.  
Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política-  
PROMUSPP

2017

## **Resumo**

A partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, diversas prefeituras incentivaram este tipo de empreendimento, por meio de cursos, incubadoras, entre outros. Surgiram então grupos de economia solidária, muitos deles formados por mulheres. Muitas destas mulheres se engajaram num movimento da economia solidária, se articulando em redes tanto para comercialização, como também pela luta para obtenção de direitos junto ao Estado, tornando-se cidadãs mais ativas e participativas. Este trabalho tem o objetivo de identificar quais as mudanças que a economia solidária trouxe para estas mulheres, tanto na sua vida pessoal, como nas relações com a sociedade. A pesquisa foi feita com base em entrevistas com mulheres de grupos de economia solidária do Estado de São Paulo, das cidades de Santo André, Osasco, Hortolândia e Cananéia. Além disso utilizaremos dados disponíveis na internet sobre a Secretaria de Economia Solidária e bibliografia sobre o assunto.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Mulheres, Participação.

## Introdução

Os movimentos sociais e a participação por meio de conselhos e fóruns estão na essência da Secretaria de Economia Solidária desde sua criação. As origens dessa secretaria se dão na formação de grupos de trabalho durante o Fórum Social Mundial em 2001, que ocorreu em Porto Alegre - RS. Este grupo de trabalho de economia solidária, articulava diversos movimentos sociais, que se organizaram posteriormente no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Durante a primeira Plenária, o FBES decidiu encaminhar em 2002 uma carta à presidência da república solicitando a criação de um órgão que tratasse da economia solidária, como estratégia política de desenvolvimento (FBES, 2012). Então, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através da Lei 10.683/2003, juntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), regulamentado pelo Decreto 5.811/2006, e alterado pelo decreto 5.999/2006 (IPEA, 2012, p.12). A SENAES traz uma inovação por tratar do trabalho informal, cooperado e solidário, órgão inexistente até então, segundo Paul Singer :

Convém lembrar que o MTE desde sua criação tem tido por missão proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura. (SINGER, 2004, pág. 3).

O Conselho Nacional é um órgão consultivo e propositivo, mas não é um órgão deliberativo. Ele é formado por representantes do Estado, por empreendimentos solidários e por instituições de apoio e formação da economia solidária (geralmente ONGS) definidas previamente na lei, com o objetivo de propor, discutir e avaliar políticas públicas para a economia solidária. Apesar de não possuir influência direta para deliberar sobre as políticas da secretaria, o CNAES se tornou um espaço importante de debate, socialização e fortalecimento do movimento, com uma representação diversificada (IPEA, 2012, p.35-46). Nem todos os estados e municípios possuem uma legislação específica de incentivo à Economia Solidária, mas o movimento social se organiza independentemente em associações, e se articula em redes para debater e solicitar apoio de seus municípios para a economia solidária local com auxílio da FBES, e também criando movimentos independentes locais, como a Rede Andreense de Economia Solidária<sup>1</sup>, a Rede Cananéia<sup>2</sup>, entre outros.

A SENAES foi criada para fomentar a economia solidária e dar apoio político e material. Financiou centros de formação, comercialização em vários municípios, e visitou todos os estados, difundindo suas políticas através dos FBES e das Delegacias Regionais do Trabalho

---

<sup>1</sup> REDE ANDREENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s.n.

<sup>2</sup> REDE CANANEIA, s.n.

(SINGER, 2004, pág.4). Desta forma, foram criados em alguns municípios do estado de São Paulo incubadoras de economia solidária, como por exemplo, em Santo André, em 2006<sup>3</sup>, e Osasco, em 2005<sup>4</sup>. Através dessas políticas públicas, muitos grupos de economia solidária foram criados ou se fortaleceram nessas cidades, entre eles, muitos grupos de mulheres.

Apesar dos avanços democráticos constituídos com a Constituição de 1988, a mulher no Brasil ainda vive em desigualdade se comparado aos homens, um conflito escondido em nosso cotidiano. Em 2012, as mulheres representavam 51,7% do eleitorado, mas em 2010 as mulheres eram somente 8,8% na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado Federal (IPEA, 2014). No mercado de trabalho, as mulheres recebem baixos salários, ainda que possuam a mesma escolaridade que os homens (IBGE, 2014). A desigualdade torna a mulher uma cidadã de segunda classe. Diante deste contexto de desigualdades, esta pesquisa busca identificar os motivos os quais levam as mulheres a trabalhar com a economia solidária, bem como, identificar o que mudou na vida dessas mulheres após o início do trabalho com economia solidária e ainda investigar se o trabalho na economia solidária pode ser uma alternativa positiva para a maior autonomia da mulher.

A ideia é identificar quais mudanças que a economia solidária trouxe para a vida e as relações dessas mulheres. A pesquisa foi feita com base em entrevistas com mulheres de grupos de economia solidária do estado de São Paulo, das cidades de Santo André, Osasco, Hortolândia e Cananéia realizadas entre 2015 e 2016.

## **Metodologia**

Para atingir os objetivos descritos, foram feitas entrevistas com mulheres integrantes de cooperativas e que trabalham na economia solidária. Os grupos entrevistados são formados por mulheres em sua maioria. As entrevistas foram feitas com base em questionários semiestruturados, dando ênfase ao aspecto qualitativo, contendo perguntas padronizadas para todas as entrevistadas, mas deixando espaço aberto para novas perguntas conforme o contexto de cada uma delas (LAKATOS, 2009). O questionário qualitativo é mais adequado, pois irá trazer informações com maior riqueza de detalhes sobre a realidade de algumas mulheres e servirá para aprofundar o conhecimento dessas realidades, enriquecendo informações dos dados estatísticos já conhecidos, tentando fazer a análise partindo do geral e abstrato para o particular e específico.

As perguntas do questionário se dividirão em dois momentos. Primeiro, buscarão levantar informações sobre a trajetória de cada entrevistada, resgatando seu passado até o momento atual, tentando entender como ela chegou à cooperativa ou à economia solidária,

---

<sup>3</sup> Lei nº 8.832 de abril de 2006, e Lei nº 8889 de setembro de 2006.

<sup>4</sup> Lei nº 3.978 de 27 de dezembro de 2005.

fazendo um histórico de seu repertório. Em seguida, a entrevista irá investigar o atual momento dessa trabalhadora, após o início do trabalho na economia solidária, tentando identificar quais mudanças ocorreram em suas relações sociais, e em sua ação no mundo.

A metodologia de análise das entrevistas será a metodologia dialética, pois a mulher é constituída conforme as relações estabelecidas com o seu trabalho e com a sociedade, então, de forma dialética, a mulher também interfere nas possibilidades que a sociedade e o trabalho oferecem a ela. É preciso fazer a análise do objeto além dos fenômenos imediatamente perceptíveis, desvelando suas mediações e contradições. A compreensão do singular e do universal não pode ser feita de forma isolada, mas sim no entendimento de suas relações. (BORNHEIM, 1977). A análise das entrevistas pela metodologia dialética busca a compreensão das relações estabelecidas entre essas mulheres e sua forma de trabalho, e como isso pode interferir em suas relações e ações com a sociedade.

As entrevistas podem mostrar como essas mulheres encontram pequenas brechas que lhes permitem alterar em partes o seu cotidiano, em busca de renda, em busca de uma melhor condição de vida, em busca de mais cidadania e, talvez, fazer assim uma resistência às práticas hegemônicas (CERTEAU 1990, pág. 41). Também pode ser possível verificar quais são as dificuldades existentes para um melhor desenvolvimento de suas atividades e da economia solidária.

### **Diferenças Práticas e teóricas entre Economia solidária e cooperativismo: uma breve abordagem.**

Um empreendimento de economia solidária possui um grande diferencial de uma empresa capitalista: nela todos os trabalhadores são sócios e administram a empresa. Para SINGER (2002), a economia solidária e o cooperativismo são similares. O importante seria esta alteração na lógica de produção presente em ambas as denominações. Para ele a economia solidária é:

...outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.10).

As empresas cooperativas têm seu marco de fundação quando um grupo de tecelões no ano de 1843, na cidade de Rochdale, Inglaterra, formaram uma cooperativa operária de produção e consumo, como forma de melhorar suas condições econômicas, devido aos baixos salários e pobreza (CARDONE, 2007, p.14). Esses operários criaram os sete princípios básicos que norteiam e caracterizam as cooperativas até os dias de hoje. São eles: 1-Adesão Livre; 2-Administração Democrática; 3- Retorno na proporção das compras; 4-Juro limitado ao capital; 5-Neutralidade política e religiosa; 6-Pagamento em dinheiro à vista e 7-Fomento

de educação cooperativa (POLONIO, 2001, pág. 24). O objetivo inicial era conseguir gêneros de primeira necessidade para os cooperados (consumo). Em seguida, a cooperativa de consumo se transformou em uma cooperativa de produção. O objetivo de qualquer empresa capitalista é o lucro. Na cooperativa, o lucro não é o objetivo, e sim a cooperação de seus membros para atingir seu objetivo comum (POLONIO, 2001, pág. 23-26).

A Organização Internacional do Trabalho define cooperativa como:

Uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para alcançar um objetivo comum mediante a formação de uma empresa controlada democraticamente, que contribuem com uma quota equitativa do capital que se requer, assume uma justa parte nos riscos e benefícios; e em cujo funcionamento os sócios participam ativamente. (OIT, 2001, pág.164)

Apesar da visão positiva que a OIT possui das cooperativas, a economia solidária é classificada pela OIT como mais um tipo de trabalho informal no Brasil, junto com muitos outros, como a contratação de pessoas jurídicas, trabalho autônomo, temporário, etc, Trabalhos sem a proteção da seguridade social, leis trabalhistas e previdência (KREIN; WEISHAUPT, 2010. p.12, 32-35).

Observamos durante a pesquisa que a principal diferença existente no Brasil entre economia solidária e cooperativismo é a legislação e regulamentação das atividades. A lei brasileira prevê apenas a existência formal de cooperativas, regulamentada pela Lei nº 5.764 de 1971 e pela Lei 12.690 de 2012. Já a economia solidária no Brasil não é prevista em lei específica, e por isso, consiste muitas vezes em um acordo informal entre trabalhadores. As ações do governo federal através da SENAES eram focadas em incentivar a economia solidária, no âmbito municipal, criando verbas de incentivo para incubadoras de empreendimentos e treinamento (SINGER, 2004, pág. 4). Mas não trouxe avanços quanto a legislação da formalização da economia solidária. As entrevistas realizadas com trabalhadoras revelam que a legislação atual não é compatível com as necessidades da economia solidária, uma vez que a legislação para cooperativa foi pensada para grandes empreendimentos, com grupos de pelo menos vinte pessoas, e tributação elevada, apesar da isenção de imposto de renda, enquanto que a economia solidária é geralmente criada a partir de grupos pequenos, com produção em menor escala. Muitos grupos ainda são informais, e alguns se formalizam como MEI (Microempreendedor individual), que possui uma tributação menor do que as cooperativas, mas que não traduzem o real funcionamento democrático do empreendimento.

Para Harvey (2011) existe uma diferença entre cooperativismo e economia solidária. Ele critica a pouca capacidade de mudança de experiências como as cooperativas e o orçamento participativo, que são rapidamente reabsorvidas nas práticas dominantes da reprodução capitalista. Segundo ele, é a prática dominante que precisa ser alterada (HARVEY, 2011). Mas o autor reconhece a potencialidade daqueles indivíduos que estão no

mercado informal, com menos diretos, e que sofrem mais com as crises. Por esses motivos, esses setores realizam esporadicamente *movimentos importantes que questionam o sistema capitalista*, mas isolados, são rápidos e não conseguem mudanças duradouras ou profundas. Mas essas práticas, ainda que isoladas, devem ser consideradas como experiências importantes, pois propõe redes horizontais e se opõe às direções centrais e hierarquias. (HARVEY, 2011, p.205).

Santos e Rodriguez (2003) definem a economia solidária como um dos movimentos autônomos em prol de uma *globalização contra-hegemônica*, que tornam a lógica de reprodução capitalista incômoda, buscando resolver emergências locais, mas que podem ter grande potencial se articuladas em redes para se ampliar (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.21-28).

Podemos dizer que a economia solidária e o cooperativismo podem acabar sendo cooptados pelo capitalismo como uma empresa comum, ou ainda que são apenas experiências locais. Mas sua lógica de trabalho e produção diferenciada pode agregar para seus integrantes experiências de vida, de socialização, de participação e de trabalho que modificam a relação deles com a sociedade. Existe um potencial de mudança e expansão possível na economia solidária, que pode ser potencializado pela criação e articulação de redes entre os grupos, a fim de ultrapassar a ação local.

### **A Cooperativa de Costura de Osasco**

A Cooperativa de Costura Osasco surgiu de um projeto da prefeitura chamado “Programa Osasco Solidária”<sup>5</sup>, onde mulheres receberiam o treinamento para aprender a costurar, recebendo uma bolsa como ajuda de custo, com o objetivo de produzir e fornecer os uniformes para os alunos das escolas municipais de Osasco. Nesse treinamento, as mulheres aprenderam também conceitos de administração, autogestão, cooperativismo e economia solidária, ficando a escolha de cada uma dar continuidade em grupo, ou individualmente nesse trabalho, após o fim do curso. Um grupo de trinta e três mulheres decidiu continuar o trabalho em grupo e formou-se em 2007 a Cooperativa de Costura de Osasco, também chamada de CCO, conforme relato da entrevistada Marize Alves Prazeres Rodrigues.

A cooperativa reuniu mulheres que se dividiam entre o trabalho doméstico e a necessidade de obter renda, a dupla jornada. Algumas desempregadas com dificuldade de voltar ao mercado de trabalho após o nascimento dos filhos, outras com marido doente e impossibilitado de trabalhar, e também beneficiárias do programa sociais, como o bolsa família, conforme relatos das entrevistas:

---

<sup>5</sup> Lei nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005; REDE MOBILIZADORES, 2010.

Meus filhos eram pequenos, não tinha com quem deixar, tava encontrando muita dificuldade de arrumar alguém para cuidar deles, e eu tive que pará (*de trabalhar*) pra cuidar deles. E aí depois de uns anos, uns cinco anos, tentei voltar para o mercado de trabalho e não consegui. Aí encontrei a economia solidária onde estou até hoje (Trecho extraído de entrevista com Jarise, CCO - Confecções e Costura).

Em outro trecho, a entrevistada Jarise da Silva relembra ainda as dificuldades que ela passava quando entrou no projeto de economia solidária:

Bom, a economia solidária é uma outra alternativa de trabalho, é um trabalho participativo, é um trabalho que não tem patrão, que você pode trabalhar com aquilo que você sabe fazer. E... a gente conseguiu né? Se reerguer...um pouco...melhorar bastante...trabalho da economia solidaria, porque já tava assim...bem difícil...né? Sem emprego...meu marido ficou desempregado...e pra mim foi...como se diz...foi a válvula de escape. (Trecho extraído de entrevista com Jarise, CCO - Confecções e Costura Osasco).

A entrevistada Jarise identifica as mudanças em sua vida após a economia solidária, marcadas tanto por uma dominação do espaço privado, pelos anos que ficou em casa cuidando dos filhos, como também por empregos que não possibilitaram a autonomia e desenvolvimento profissional e humano para ela. A entrevistada teve vários empregos até ter seus dois filhos. Trabalhou em escritórios, indústria, e comércio. Mesmo com empregos formais fora do lar, ela demonstra que ela não tinha desenvolvido muitas das habilidades que adquiriu agora com a economia solidária, com a participação em assembleias e as decisões em grupo, como saber se comunicar, administrar, articular e socializar:

Ah...as mudanças tem. Tem várias mudanças. Que a gente aprendeu bastante coisa, principalmente assim de falar, de estar aqui conversando com você. No começo ...(risos) a gente nem conseguia, nem sabia direito, né? E a administração que precisa melhorar e tudo, mas que hoje em dia a gente já sabe bastante coisa, está sendo administrado por pessoas daqui, os membros aqui do grupo, né? E eu acho que a gente aprendeu muito. Socialmente...até de convivência. A gente aprendeu. (Trecho extraído de entrevista com Jarise ).

Outra entrevistada, Marize, liderança do grupo, conta como ela era antes da economia solidária, e como após o início do projeto, ela buscou conhecimento voltando a estudar e aprendendo a dirigir:

Como eu havia dito, eu era muito quieta, muito calada, e hoje eu falo bastante, vou nos empreendimentos, as vezes os municípios chama a gente para falar alguma coisa...falar dessa experiência, né? E antigamente não, eu era quieta, calada, então depois que eu to nesse projeto me desenvolveu pessoalmente, a minha pessoa e as demais aqui também...Então eu falei assim..."não! eu consigo voltar a estudar. Se eu voltar a estudar, meus filhos não vai morrer porque saí de casa, vou ficar um tempo fora, eu consigo voltar a estudar". Voltei a estudar. Terminei o ensino médio. E depois eu falei: "não, mas eu tenho que acompanhar esse projeto, imagina: eu to lá conversando com a presidente e não sei abrir um e-mail?...Preciso melhorar!" Então fui fazer...fiz

computação, fiz administração...mas assim um curso, não foi técnico, nada, mais para minha melhoria pessoal mesmo. Porque se eu tivesse em casa não ia pensar nada disso... “não, tá bom...não preciso de mais nada...”. E nosso intento é crescer, é melhorar...é ter mais conhecimento...você tá no mercado você tem que saber conversar com as pessoas, né? Pra isso você vai buscando...e agora, um sonho que eu tinha faz tempo, que eu consegui realizar a pouco tempo, foi ser habilitada...! Então assim, é coisa pequena...mas que pra mim tem assim um valor imenso...porque era coisa que eu ...sempre desejei e não conseguia fazer....né? (Trecho extraído de entrevista com Marize ).

Elas encontraram nesse empreendimento uma forma de obter rendimentos, e também se tornaram mais autônomas, em outros aspectos de sua vida, voltando a estudar, aprendendo a dirigir, a utilizar e-mail, computador, e melhorando sua autoestima, conforme relatos das entrevistas. Existe também uma nova relação com o trabalho, em comparação com trabalhos anteriores. Marize conta que trabalhou dez anos em uma empresa de costura, e só aprendeu fazer gola de camisa. O objetivo era costurar determinada quantidade por dia, e não havia possibilidade de aprender a costurar em outras máquinas. Marize aprendeu a costurar depois de sair dessa empresa, quando trabalhou em uma empresa menor por um ano, e lá aprendeu a fazer uma peça inteira, e fez também um curso de costura, através do qual costurava em casa para sobreviver, e cuidar dos seus quatro filhos, uma vez que seu marido estava doente e impossibilitado de trabalhar. Na economia solidária existe uma valorização do trabalho e do empreendimento, que é delas, totalmente diferente de empregos formais:

É que nos empregos, você fica muito preso, né? Você tem aquele horário, você entra um determinado horário, sai... E você também não participa, você não entende, não sabe o que que acontece na empresa. Você pega aquele seu trabalho, faz aquela operação, termina, vai embora. E no empreendimento que é seu, que é da economia solidária, que a gente conquistou, eu acho diferente porque você participa de toda operação, toda participação do produto, quando você começa, o primeiro contato com o cliente, o depois o desenvolvimento do produto, a comercialização daquele produto, aí agente faz a peça piloto, o cliente aprova, faz a modelagem, e vai para produção. Quando a gente termina que entrega, que você recebe, pra mim tem um outro valor, não o valor de você receber um salário, é um valor de ter um produto que você conseguiu desenvolver ele, que você participou de toda aquela etapa, e que você entregou para o cliente. Então assim, pra mim, eu tenho essa concepção ...que quando a gente recebe o nosso pró-labore, que seja no final do mês, tem um outro valor, não o valor assim de salário, o valor de conhecimento, de que você conseguiu transformar aquela ideia daquele cliente num produto, e assim por diante... (Trecho extraído de entrevista com Marize ).

É possível identificar nas entrevistas a preocupação com os filhos. No caso de Jarise, a sua sogra ajudava a cuidar das crianças quando ela começou a trabalhar na economia solidária. Ela conta que os seus próprios filhos colaboraram, se comportando. Já na entrevista da Marize, parece ser mais distribuída as tarefas em casa, de forma que ela sentiu que poderia voltar a estudar a noite. Mas ainda que a família tenha colaborado de alguma forma, os filhos

ainda são uma condicionante para que a mulher possa ter e desenvolver qualquer outra atividade, geralmente sem uma divisão adequada das tarefas e responsabilidades.

Nas entrevistas aparece também uma outra perspectiva de socialização que raramente se encontra no mercado de trabalho competitivo. Cada integrante do grupo acaba incentivando e ajudando a outra a dar andamento em cursos e aprimoramentos, sendo que muitos cursos elas fazem juntas, evidenciando uma solidariedade, e uma busca por melhor formação.

Mas a cooperativa enfrenta ainda muitas dificuldades. A falta de capital de giro prejudica a competitividade da empresa, se comparada com empresas capitalistas. Essa dificuldade também atrapalha comercialização, uma vez que a empresa não consegue manter estoques de matéria prima, o que pode tornar o prazo da entrega da encomenda maior. Existe também dificuldade de comercializar, uma vez que a empresa ainda não possui uma estratégia de marketing e vendas organizada e especializada como uma empresa comum:

Não ter cliente fixo também. Não ter vendas fixas. Um mês a gente consegue vender outro não. Então a gente não consegue...não temos sempre vendas. Isso atrapalha bastante. Se a gente tivesse uma carteira de cliente já definida, seria bem mais fácil. Só que a gente não consegue, devido a esses problemas mesmo: de não ter matéria prima, de não ter capital de giro, de não ter as vezes uma máquina mais especializada, que o mercado está sempre mudando, então a gente tem que ter essas coisas que ajudam a melhorar o produto, né? (Trecho extraído de entrevista com Marize).

(...)A gente não tem ainda uma boa divulgação. Nós temos dificuldade ainda. Não ter um site legal, não ter um panfleto, um cartão, coisas assim, de mídia, que ajuda na divulgação.(Trecho extraído de entrevista com Marize).

São dificuldades que qualquer empresa pode ter no mercado competitivo capitalista. Mas em geral as empresas possuem crédito para investimento, acesso a treinamento, informação e tecnologia, e com isso podem mudar suas estratégias a partir desses investimentos, para sobreviver frente ao mercado. A economia solidária, apesar de ter uma organização humanizada, se relaciona com o mercado capitalista e precisa também estudar essas estratégias para sobreviver. Mas faltam geralmente capital para esse tipo de investimento.

Outra grande dificuldade está relacionada à legislação. A oficina de costura foi aberta inicialmente como uma cooperativa. Porém a legislação brasileira que regula essa atividade é muito antiga, como já dissemos neste trabalho, pensada para grandes cooperativas industriais, e possui por isso uma carga tributária elevada. Dessa forma, os produtos da cooperativa acabam tendo preço pouco competitivo por terem essa carga tributária alta, se comparados com a carga tributária de microempresas, uma forma de constituição compatível com o faturamento e produção da CCO. Dessa forma, a CCO mudou sua formalização para

microempresa, que possui carga tributária menor, alternativa criada justamente para incentivar pequenos empreendimentos. A empresa mudou também sua razão social, passando de “*Cooperativa de Costura Osasco*”, para “*Confecções e Costura Osasco*”. Entretanto, a legislação de microempresa não contempla a administração cooperativa e solidária da CCO. Na microempresa é necessário que existam sócios com cotas, e não há a previsão de assembleias, votações e divisão dos ganhos entre os trabalhadores, como é previsto na legislação da cooperativa. Assim, a empresa continua funcionando solidariamente e democraticamente, com base na auto gestão, apesar de a empresa estar oficialmente em nome de sócias.

Elas contam que participam de debates e ações do movimento de economia solidária e cooperativista, para que seja criada uma legislação específica da economia solidária, que contemple essas peculiaridades administrativas mais horizontais da economia solidária:

Quinta feira nós tivemos uma audiência pública, né? Foi o lançamento da Frente Parlamentar da economia solidária, foi bem um encontro assim, bem dinâmico, bem proveitoso, tava...tinha bastante gente. Contamos com a presença do Paul Singer, né, do deputado Marcos Martins que é aqui de Osasco...E...onde todo mundo pôde, é como se diz, se manifesta, através dali, o que tá bom, o que não tá, o que podemos fazer na economia solidária. (Trecho extraído de entrevista com Jarise).

### **MCG Eventos e Buffet – Santo André**

A MCG Eventos e Buffet é um empreendimento da cidade de Santo André – SP, especializado em alimentação. A entrevistada desse grupo foi Maria Aparecida dos Reis Adriano, uma das lideranças do grupo, conhecida como Cida Reis. O empreendimento começou através de um convite de um casal de noivos que tinha sido abandonado pelo Buffet que eles haviam contratado uma semana antes do casamento. O casal era cliente de um restaurante em que Cida trabalhava, e os noivos vieram pedir para que as funcionárias do restaurante fizessem o serviço de Buffet. A dona do restaurante não quis pegar o negócio, alegando que as funcionárias não trabalhavam de fim de semana para ela, e sugeriu que os noivos negociassem diretamente com elas, encarregando a Cida de ser a porta voz das funcionárias. A partir dessa festa de casamento, surgiram mais três, e também um almoço, e assim o negócio foi aumentando.

Cida Reis trabalhava desde os dezoito anos. Casou-se com quatorze anos por vontade de sua família muito católica. Seu primeiro marido se tornou alcoólatra e violento logo nos primeiros anos de casamento. Por isso, desde os dezoito anos ela já trabalhava para sustentar a família, convivendo com a violência do marido, que a família ignorava e julgava normal, insistindo que ela devia permanecer casada. Depois de anos, ela conseguiu se libertar do casamento, após um grande conflito, onde ela revidou à violência do ex-marido, após ele ter derrubado sua filha de apenas quatro meses de seus braços devido às agressões. Ela deu os

primeiros passos para o divórcio, formalizando o boletim de ocorrência desse fato e indo morar temporariamente em Minas Gerais, na casa da família de seu pai, que era divorciado de sua mãe. Desde então, ela teve diversos trabalhos, como arrumadeira, cozinheira, babá, empregada doméstica. Tinha apenas o ensino fundamental, dificultando o acesso a outros empregos. Conta que por várias vezes recorreu a caridade, buscando comida em igrejas para alimentar a sua família. Teve um segundo relacionamento que também terminou. Mas como ela mesmo disse, ela já estava habituada a cuidar da família sozinha.

Foi mesmo a partir desse convite para organizar uma festa de casamento que sua vida profissional começou a mudar. Os eventos de fim de semana foram ficando frequentes, e sua amiga Tânia, insistia que elas precisavam mesmo de uma segunda renda, e deviam encarar o desafio. Por isso Cida decidiu voltar a estudar, pois sentia que servir alimentos e administrar o empreendimento era muita responsabilidade e elas precisavam de mais formação. Precisou primeiro negociar com a sua mãe pois era necessário alguém que ficasse com as crianças em casa para que Cida pudesse estudar. Sua mãe apesar de ter se aposentado, tinha voltado a trabalhar. Mesmo assim Cida insistiu em se dividir entre cuidar das crianças e da casa e estudar. Fez um curso de ensino de jovens e adultos pela prefeitura de Santo André, o PIQ (Programa Integrado de Qualificação<sup>6</sup>), e conseguiu terminar o ensino médio. Durante o curso foram oferecidas vagas para participar de um curso de formação em economia solidária e empreendedorismo. E nesse curso Cida percebeu que o empreendimento delas já funcionava como economia solidária. A partir desse curso de formação, Cida se envolveu no movimento: foi convidada para fazer parte do Fórum Municipal de Trabalho e Economia Solidária de Santo André.

Nesse momento no ano de 2005, Cida se envolveu muito com sua formação e participação no Fórum e na Conferência Nacional de Economia Solidária, e o trabalho com o Buffet estava estagnado. Mas a partir da do surgimento de feiras de economia solidária junto com alguns eventos, resultados do próprio movimento, ela e seu grupo retornaram a ativa, e estão até hoje:

A economia solidária na minha vida vem desde aí, desde 2006. E a mudança na minha vida, a economia solidária foi assim quase que cem por cento de culpa das positivities que aconteceram na minha vida. ...Pessoas... Saber dialogar, sabe? Hoje eu estou no Conselho Nacional de Economia Solidária representando os empreendimentos da região sudeste do Brasil (Trecho extraído da entrevista com Cida Reis).

Ela relembra que o espaço de diálogo aberto na prefeitura de Santo André, que levou ela a estar também articulada com o movimento nacional, foi conquistado com a união dos empreendimentos locais que realizou uma manifestação na prefeitura:

---

<sup>6</sup> Lei Municipal 8.804 de dezembro de 2005.

No governo anterior, foi necessário a gente ir pro enfrentamento, e dizer ao prefeito que se ele não fosse dialogar com a economia solidária, a economia solidária ia plantar na porta da prefeitura. Ele não foi, e nós fomos pra porta da prefeitura, entendeu? Nós fomos pra lá e ficamos um dia todo na sala dele. Ai, ele queria receber um ou dois, nós falamos que não! Ou ele vinha falar com todo mundo...ai ele resolveu mandar um representante. E aí nós falamos pro representante também não! E ficamos lá. E... a coisa foi ficando crítica. O Diário do Grande ABC tentando se aproximar, né? E hoje (inaudível). Ai ele foi, ele veio nos receber. Ai ele falou que economia solidária era do PT. Eu disse a ele “aonde é que tá o partido aqui? Nós somos movimento. Nós somos trabalhadores e trabalhadoras de economia solidária”. Mas antes de explicar... “Mas quem é você?” “Sou Cida Reis. Sou trabalhadora. Mas antes de explicar o que é economia solidária, tem um ponto importantíssimo pra te lembrar: por duas vezes a nossa lei de economia solidária foi pra Câmara, pra votação. E as duas vezes, você votou nele, na lei”. Então você conhece economia solidária, ou não? (...) Acabou o assunto. Nunca mais tivemos problemas pra conversar com ele sobre economia solidária, com ele, com os outros secretários. (Trecho extraído da entrevista com Cida Reis).

Em 2012 foi finalmente inaugurado um Centro Público de Economia Solidária para dar apoio aos empreendimentos e também conta com uma loja para comercialização dos produtos, em local privilegiado da cidade, resultado de ações do movimento de economia solidária de Santo André – SP, do qual Cida participou (LIMA, 2012).

Ela conta que hoje ela atua também como formadora de economia solidária e também atua no Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum. Nessa atuação, ela participa de análises dos projetos, e conta que muitas empresas oferecem projetos para obter algum benefício, como por exemplo uma “marca sustentável”, mas que na verdade não se importam com a saúde e segurança das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, nem com os impactos do projeto, e muitas vezes é difícil conseguir a mudança no projeto para que ele realmente seja solidário e sustentável. Ela lembra que esse é o principal diferencial da economia solidária:

É o coração! ...Peraí! Eu preciso me sentir na pele da pessoa, porque se não, não faz sentido a gente trabalhar a economia solidária, né?! Se eu não me preocupar onde eu vou descartar o óleo que eu frito pastel, eu tô agredindo a você, eu tô agredindo a criança que nem nasceu ainda. Porque eu tô poluindo a terra, eu tô poluindo a água, então eu tô na mesmice, eu tô no que o capitalismo apresenta todo o dia, né?! Então nós temos que ser diferentes. A diferença é nós que fazemos. (Trecho extraído da entrevista com Cida Reis).

O movimento aprendeu também a relacionar as principais demandas e buscar apoio da prefeitura ou da iniciativa privada, sendo que várias entidades, muitas religiosas, apoiam alguns projetos, via Fórum Municipal de Economia Solidária.

Todas integrantes do grupo buscaram estudar e buscar formação, tentando achar a área que mais interessava. Cida está tentando fazer um curso superior de gastronomia, pois já ganhou até alguns concursos com seus pratos inspirados na culinária brasileira, como o Tutu de iaiá.

O grupo se iniciou com cinco mulheres. Quando os eventos ficaram escassos, o movimento normal é que algumas pessoas busquem o trabalho formal, como Cida relatou.

Em determinado momento ficaram apenas duas no grupo: Cida e Greice. Então elas resolveram envolver mais mulheres para fortalecer o grupo, e atualmente a formação é composta por cinco mulheres que trabalham exclusivamente no grupo, e mais dezenove mulheres e três homens que trabalham indiretamente, em eventos maiores. O Buffet fez também uma parceria com um grupo de alimentação de Hortolândia, o Buffet Flor do Dendê que está fornecendo salgados congelados para elas, evidenciando o trabalho em rede desses grupos, fundamental para fortalecer o movimento e os empreendimentos.

### **Griffe Criolê - Hortolândia**

A Griffe Criolê é um grupo de economia solidária formado em Hortolândia-SP, cidade próxima à Campinas. A ideia do grupo surgiu de Isabel Cristina Alves e sua irmã, após participar de um grupo de artesanato e entrar para a diretoria de uma associação de artesãos. Isabel encontrou o grupo de artesanato como tratamento de depressão após a morte de seu filho caçula, com menos de dois anos, portador da Síndrome de Down, que a deixou muito abalada. Mas antes disso, sua trajetória já era ligada ao artesanato e ao trabalho autônomo. Isabel nasceu no Rio de Janeiro, mas foi criada em Brasília. Sua mãe veio para Hortolândia quando se divorciou de seu pai, que era alcoólatra. Isabel tinha dezessete anos quando chegou em São Paulo, com o ensino médio e magistério concluídos, a chamada escola normal, curso muito comum na época para mulheres, e também com um curso de vitrinista. Apesar de ter feito o magistério, Isabel trabalhou pouco tempo como professora e logo arrumou trabalho como vitrinista. Ela é também artesã pois aprendeu várias técnicas de artesanato para decorar as vitrines, assim como também produzia e vendia bonecas em feiras de artesanato para complementar a renda. Sua família tem um envolvimento com a defesa da cultura afro, pois funciona na propriedade da família um terreiro de religião de matriz africana. Em 2009, foi criado por elas um ponto de cultura chamado “Ponto de Cultura Caminhos<sup>7</sup>”, através de uma ONG que ensina dança afro para os jovens de Hortolândia, o grupo Oju Obá. Segundo Isabel, a ideia da ONG é propor uma atividade de valorização da cultura para os jovens, devido ao alto índice de violência e homicídios na cidade. Houve também uma perseguição pela vizinhança contra as atividades do terreiro de candomblé. A ONG e o ponto de cultura funcionam como uma proteção para a comunidade do candomblé, que além de propor o ensino da dança e da música para valorizar a cultura, mobilizou os integrantes a participar de fóruns e conselhos na prefeitura para colocar em debate e defender os direitos humanos e a igualdade racial, permitindo a permanência das atividades no local.

---

<sup>7</sup> PONTO DE CULTURA CAMINHOS, s.n.

Durante o tratamento da depressão causada pela a morte de seu filho, no grupo de artesanato, ela foi convidada para fazer parte da direção de uma associação de artesãos incentivado pela prefeitura, devido aos conhecimentos que já possuía:

...Eu não tinha nenhuma formação de economia solidária, mas eu já tinha essa ideia, que a meu ver na época, era meia subversiva, da história de a gente ser dono da nossa história, de a gente ser dono do nosso nariz. Eu já tinha isso....Então esse falar meu, eles me convidaram pra fazer parte da diretoria. (Trecho retirado da entrevista com Isabel)

A partir daí Isabel começou a participar de reuniões do Fórum de Economia Solidária representando a associação de artesãos, e assim ela conheceu a economia solidária. A economia solidária trouxe uma nova dimensão de organização para ela, que se agregou às experiências, conhecimentos, práticas e objetivos dela e de seu grupo:

Falar de economia solidária pra comunidade do Candomblé, é chover no molhado. É uma prática que eles conhecem, não davam o nome, mas é algo que eles faziam. É...compra coletiva, almoço coletivo, a gente faz isso, nas festas, né, a gente faz é...o Candomblé tem festas que duram dois, três dias. Então, a comida é comprada junto, tudo junto, é tudo feito junto. As roupas pra festa é costurado junto. Então foi tudo isso que deu.... (Trecho retirado da entrevista com Isabel)

Porém Isabel saiu da associação pois não achou correta a forma como estava sendo dirigida. Isabel entregou seu cargo de diretoria da associação e se dedicou a ideia de articular a economia solidária para geração de renda na sua comunidade, porque o grupo de dança apesar de ser muito importante para formação dos jovens e de ter obtido sucesso, sendo chamado para diversas apresentações, não resolvia o problema da baixa renda e do desemprego da família dos jovens. Após várias tentativas de produtos, a ideia se desenvolveu em dois eixos: Um de culinária e outro de moda.

Ai foi...nasceu duas unidades de negócio: Trabalhar com acarajé, a comida baiana, que é coordenado pela minha irmã. E a que trabalhava com a questão do artesanato. Na época era boneca, sabonete, etc e tal. Mas eu sempre gostei muito de moda. Eu já tava namorando essas coisas de moda. Eu sempre quis. E a economia solidária, começou a me dar esses toques, esses toques, esses toques. Ai eu resolvi montar uma moda artesanal. A minha irmã costurava, eu não desenhava, eu não tinha nenhuma...eu tinha bom gosto. Eu tinha criatividade, e tinha ousadia. E ai, eu vi que eu tava montando uma grife. Lá na época eu não tinha formação nenhuma pra isso. Isso foi adquirido ao longo...então, assim como eu cresci dentro da economia solidária como militante, como educadora, como fui me especializando e tudo, a grife acompanhou esse olhar. (Trecho retirado da entrevista com Isabel)

O grupo de culinária, hoje chamado Buffet Flor do Dendê, iniciou com a venda de acarajé em feiras e eventos sazonais. Atualmente o grupo conta com quinze pessoas e estão com uma produção mais fixa, fornecendo salgados para o MCG Buffet, além de organizarem eventos com cardápio que mistura comidas típicas do candomblé com salgados comuns de festas. A articulação dos dois grupos em rede é um passo importante para consolidação dos grupos de economia solidária, conforme análise Santos e Rodríguez (2003, p.21-28). Esse

grupo é coordenado por sua irmã e consegue garantir uma renda mensal para os integrantes por conta dessa articulação.

A Griffe Criolê é composta de cinco pessoas fixas, chegando a ter quinze pessoas em época de maior produção. Isabel fez diversos cursos técnicos e livres relacionados à moda, costura e comercialização. Apesar de ter formado muitas pessoas na costura, bordado, tingimento artesanal, a grife ainda não consegue garantir renda fixa para mais de cinco pessoas, o que leva muitos integrantes à terem outras atividades e empregos, em alguns casos também relacionados à costura por constar dessa formação, e ter a grife como uma segunda renda. Em novembro de 2016 foi inaugurado o *Centro de Capacitação e Qualificação Profissional Griffe Criolê*, fruto de um edital que o grupo ganhou para investimento solidário que forneceu os equipamentos e o grupo Criolê juntou o dinheiro e construiu o espaço. Os equipamentos vão ser usados tanto na produção da Criolê, quanto nos cursos de formação.

A Griffe Criolê é uma parte das muitas ações que Isabel e sua irmã estão construindo para mudar tanto a sua realidade como também a realidade de sua comunidade. Tanto com o grupo de dança como com as atividades de alimentação, de costura, e o com o centro de formação, tentam transmitir para as pessoas uma postura de protagonismo para lidar com a realidade e as dificuldades cotidianas. Isabel já tinha uma tendência ao trabalho autônomo, mas ela considera que a economia solidária a deixou mais politizada e preocupada com as pessoas ao redor:

Então esse olhar ficou mais aprimorado. Já existia, mas ficou bem mais aprimorado. É...e se preocupar com que tá do meu lado. (...) E fico arrasada quando eu chego na prefeitura, e apresento o diagnóstico que eles pediram pra eu fazer, e eles falam que não podem fazer nada, e eu sei que eles podem. Então isso mudou. Mudou muito, Ana Paula. Eu não fico mais indiferente com o que acontece no mundo. Nunca fiquei, mas agora está mais... acelerado, mais...entendeu? A ponto do médico falar pra mim: "você tem que esquecer um pouco, e pensar mais em você, porque se não você não vai sobreviver". Entendeu? Então eu acho que foi isso. Eu considero uma grande mudança. E eu procuro fazer isso com todo mundo que está ao meu redor. (Trecho retirado da entrevista com Isabel).

A economia solidária deu acesso a informações, conhecimentos e ferramentas que colocaram Isabel de forma mais ativa e articulada para o bem de sua comunidade.

### **Enseada da Baleia – Ilha do Cardoso, Cananéia.**

A comunidade caiçara<sup>8</sup> da Enseada da Baleia, se localiza da Ilha do Cardoso, estado de São Paulo. A ilha foi transformada em parque em 1962<sup>9</sup>, e desde então várias atividades eram proibidas, como a construção de casas e o cultivo de alimentos. Após muitas décadas foi elaborado o plano de manejo, e finalmente em 2001, as áreas foram classificadas determinando o tipo de atividade permitida em cada região, e foi constituído um conselho com participação dos moradores. A Ilha possui diversas comunidades, e todas elas não possuíam energia elétrica até 2016. A Enseada da Baleia vivia basicamente da pesca e da produção artesanal de peixe seco, que era comandada pelo Senhor Malaquias, um líder comunitário que tinha dificuldade para andar, mas tinha muita habilidade para os negócios. Ele comprava peixe dos pescadores da região, a sua comunidade fazia o peixe seco com uso de técnica artesanal tradicional, e ele vendia toda a produção, inclusive para o exterior, coordenando tudo e pagando cada pessoa da comunidade pelo serviço. Tatiana Mendonça Cardoso, sua neta, cresceu na comunidade e aos quinze anos veio para cidade de Cananéia para terminar os estudos, apesar de desejar permanecer perto da sua família. Com dezesseis anos engravidou, mas mesmo assim conseguiu terminar o ensino médio. Teve alguns empregos em lojas, mas conseguiu um emprego na associação de pescadores cuidando dos benefícios do INSS, onde teve um grande aprendizado. Mas ela só conseguiu entrar na faculdade recentemente, após uma melhor estabilização econômica da família.

Depois da morte do avô Malaquias em 2010 a comunidade se desorganizou, e não conseguiu continuar a produção do peixe seco. Tatiana conta que via a comunidade se desfazendo, muitos estavam querendo abandonar o local por não ter renda e não ter perspectiva. Tatiana trabalhava na associação de pescadores e se inscrevia constantemente em cursos e oficinas oferecidas para a associação:

...numa dessas saídas de campo, de intercâmbio, eu vi um grupo de mulheres lá em Curitiba. Não era nem economia solidária, mas eu vi as mulheres trabalhando junto, de alguma maneira...assim...elas não dividiam recursos, era cada um trabalhava por si, mas era várias mulheres. E aí eu pensei em propor pra Enseada algo nesse sentido, assim...que a gente conseguisse trabalhar juntas. Pelo menos minimizar aquele sofrimento que a Enseada tava passando...por medo mesmo de acabar. (Trecho extraído da entrevista com Tatiana).

Tatiana propôs algum trabalho em grupo para as mulheres, e como ela disse, as mulheres aceitaram porque não tinham outra alternativa. Resolveram então fazer sacolas de

---

<sup>8</sup> Os povos chamados caiçaras ocupam regiões litorâneas do Brasil, entre os estados do Rio de Janeiro e Paraná, onde desenvolveram um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias, associado à agricultura e à pesca, além de elementos culturais comuns como o linguajar, e as festas. Por estarem localizados em regiões de baixa densidade demográfica e de alteração de paisagens, seus territórios foram transformados em Unidades de Conservação, que impedem a continuidade de práticas tradicionais caiçaras. (DIEGUES, 2005, p.276).

<sup>9</sup> Decreto Estadual nº 40.319 de 1962.

tecido, conhecidas como ecobags. As ecobags eram feitas com máquina de costura de pedal, já que não havia energia elétrica, num processo manual e artesanal, cuja produção que buscava inserir todas as mulheres da comunidade, cada uma fazendo aquilo que sabia ou gostava de fazer. Começaram a produzir e vender na temporada. Mas até aquele momento nem a Tatiana, nem a comunidade conheciam a economia solidária:

E aí, eu...alguém me indicou a economia solidária...um curso de capacitação em São Paulo da economia solidária. E foi lá que eu consegui entender essa gestão, essa maneira diferente. Porque, até então na minha vida, o único tipo de gestão que eu via, era... era uma liderança, por várias gerações, sempre teve, né, uma pessoa que tinha várias pessoas trabalhando pra ela, né, mais recurso sempre na mão de uma pessoa, né. E aí eu nunca tinha pensado que existiria essa possibilidade de gestão diferente, né? E aí, eu fui me capacitando e levando as meninas comigo...cada encontro que chamavam, eu chamava mais uma, trocava, chamava outra. E aí a gente foi adaptando a economia solidária no nosso dia a dia. (Trecho extraído da entrevista com Tatiana).

O grupo foi convidado a fornecer quatro mil ecobags em um projeto, e a partir daí o negócio foi crescendo. Com a entrada de renda, elas se inscreveram em outros projetos, fizeram cursos de capacitação, tanto de costura e de desenvolvimento de produto, como também para aprender a escrever seus projetos. O grupo ganhou dois projetos de autoria própria, e participa de várias feiras, vendendo sua produção, com temática caiçara, com peças que remetem à rede de pesca. A produção do artesanato uniu a comunidade que estava abalada após a morte de Malaquias. Uniu a comunidade também para lidar com outros conflitos, como é o caso do processo de erosão de seu litoral que a região está passando, intensificado gravemente por uma embarcação que em uma manobra errada e sem autorização, derrubou mais uma grande parte da margem e duas casas. Também existe a ameaça de privatização dos parques<sup>10</sup>. A comunidade que há pouco tempos estava se separando, agora está unida e abriu uma associação para ter representação nesses processos, a fim de rever esse prejuízo da destruição das casas, e se posicionar sobre a privatização dos parques. Representantes da defensoria pública foram até o local, após mobilização da comunidade, e colocaram os relatos e testemunhos sobre a destruição das casas no processo. É preciso que a comunidade esteja unida para ter voz nos conselhos e nas adversidades que possam enfrentar.

Essa união impulsionou a comunidade a voltar a produzir o peixe seco recentemente. O método artesanal do peixe seco é feito majoritariamente pelas mulheres. Então elas decidiram comprar os peixes que os homens pescam, e voltar a produzir o peixe seco. Conseguiram localizar antigos compradores do Senhor Malaquias e voltaram a vender o produto tradicional, mas agora sob o comando das mulheres da comunidade.

---

<sup>10</sup> Lei Estadual nº 16.260 de 29/06/2016

Desenvolveram também uma nova gestão do turismo. Cada família tem sua casa, e algumas possuem casas maiores do que outros, aqueles que conseguiram construir antes da criação do parque em 1962. Geralmente quem tem as casas maiores, consegue alugar na temporada para turistas, o que garantia uma renda importante para a família. Mas aqueles que não tem casa para alugar, passavam por dificuldades. Para mudar isso, a comunidade decidiu receber grupos de escolas, utilizando todas as casas disponíveis para os grupos e dividindo o serviço de recepção, hospedagem e os ganhos. Esta atividade tem se mostrado mais lucrativa, e incluiu os homens da comunidade nas oficinas sobre pesca oferecidas aos grupos, distribuindo a renda do turismo para mais famílias.

A comunidade trabalha agora em várias frentes de trabalho. Segundo Tatiana a renda só do artesanato é sazonal e ainda não é suficiente para manter todas as mulheres. Mas as atividades complementares, principalmente o turismo, trouxeram mais renda. Cada parte de cada atividade tem uma mulher responsável, uma coordenadora, que coloca em prática e organiza o que foi planejado e decidido em reunião com todas as mulheres.

É muito gratificante, porque a gente, quando a gente começou há 6 anos atrás, até as vezes eu me pego fazendo a linha do tempo de tudo que aconteceu assim, as evoluções foram muito grandes pra comunidade, isso me enche, me fortalece muito assim. Porque eu sempre tinha dúvida do que fazer da vida, e trabalhando sempre pras pessoas, e tando num lugar, e aí eu consegui ajudar a comunidade, ajudar nossa família, ajudar pontualmente as mulheres, e me ajudar junto com esse pacote, né? (suspiro)...é... Isso me fez decidir o que eu queria da vida, assim, que é trabalhar mesmo, com essa renda que ainda não é...do jeito que a gente consegue sobreviver, mas eu prefiro estar lá dentro com eles, e puxando a comunidade, do que tá na cidade, tendo que trabalhar pra um patrão, obedecendo ordens e tal. Dentro da minha comunidade é onde eu me sinto bem, é onde eu to no meu lugar. (...) É eu cresci muito, minha cabeça modificou muito, daquela época, porque eu era jovem, você pensa só na sua família, o que você vai fazer? A economia solidária você pensa mais amplo. Então, hoje além da Enseada, tudo embutido em vários movimentos sociais, fazendo várias coisas ao mesmo tempo...né? (risos). (Trecho extraído da entrevista com Tatiana).

A formação do grupo de artesanato ajudou a unir as mulheres tanto para organizar outras atividades mais rentáveis, como o turismo e a produção de peixe seco, como também colocaram a comunidade e as mulheres mais alertas para questões políticas e sociais. Tatiana e as mulheres do grupo descobriram uma nova forma de gestão na comunidade.

## **Conclusões**

Nas entrevistas das cinco mulheres integrantes dos grupos de economia solidária no estado de São Paulo, é possível perceber que a economia solidária alterou o cotidiano e as relações dessas mulheres com a sociedade. Os principais aspectos positivos levantados nas entrevistas, comuns a todas elas após o trabalho com economia solidária, foram:

- 1- Geração de renda através de uma atividade valorizada por cada integrante.
- 2- Busca por conhecimento, formação e escolaridade.

- 3- Envolvimento com questões políticas, articulações em rede, um postura mais ativa, solidária e cidadã com o que acontece na sociedade.

Identificamos alguns os aspectos negativos comuns nas entrevistas e nos grupos:

- 1- Tendência a desenvolver atividades tradicionalmente femininas, como costura e alimentação.
- 2- Ainda falta uma maior estabilização financeira dos empreendimentos, dificultada pela falta de crédito e capital para investimento.
- 3- Dificuldade de formalização devido a legislação.
- 4- Dificuldades em desenvolver as atividades por conta dos cuidados com filhos e com trabalho doméstico.

Conforme apresentado na tabela 1 anexa, as mulheres entrevistadas já não são tão jovens e todas têm filhos. Algumas entrevistas revelam que as mulheres têm dificuldade de conseguir empregos formais, como relatado por Marize e Jarize, assim como já demonstrado por dados estatísticos sobre a taxa de desemprego, a faixa de salários e o acesso à cargos de maior remuneração, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na comparação com homens no mercado de trabalho formal no Brasil (IBGE, 2014; IBGE,2015; IPEA, 2011). A economia solidária pode ter em alguns casos horários flexíveis, que compatibiliza os afazeres domésticos com a geração de renda, como ocorre com alguns grupos, como o Grupo da Enseada da Baleia. Nesse contexto a economia solidária pode ter sido apenas uma forma de sobrevivência encontrada para mulheres que já não tinham outras opções de emprego, devido às exigências do mercado de trabalho, e a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidado com os filhos, tradicionalmente atribuídas às mulheres. E olhando por esse lado, a economia solidária pode ser interpretada como uma forma de trabalho informal, que reforça essas opressões vividas pela mulher na sociedade, ainda que possa em alguns casos trazer possibilidades de autonomia (SASSEN, 2010 p. 100-102).

O que as entrevistas demonstram é que o envolvimento com a lógica solidária, a articulação em redes junto com outras mulheres e empreendimentos, em fóruns e feiras, trouxeram mudanças muito mais ricas e libertadoras do que um emprego formal poderia trazer, e que por isso, a economia solidária está muito além de apenas uma forma de sobrevivência. A proposta de uma outra forma de produção, ainda que inseridos dentro do capitalismo, faz com que cada integrante assuma a responsabilidade pelo negócio, assumindo seus erros e acertos e buscando o benefício para todas (SINGER, 2002, p. 7-23). O trabalho em grupo soma as contribuições que cada uma pode dar em todos os sentidos, e cria uma oportunidade de interação e crescimento que dificilmente seriam obtidos se cada uma trabalhasse sozinha, por conta, ou em empregos formais. E este é um grande diferencial da economia solidária que chama para que cada uma seja mais ativa, autônoma, e busque conhecimento, informação, fortalecimento, e faz com que a atividade seja libertadora em vez de reforçar as opressões. Alguns dos grupos entrevistados participaram das Feiras de

Economia Solidária Feminista realizadas em 2015 e 2016 em São Paulo – SP, e estão também participando da criação de associações de grupos como é o caso da AMESOL- Associação das Mulheres da Economia Solidária<sup>11</sup>, uma associação que irá servir de apoio técnico para os empreendimentos, como também uma representação para tratar especificamente dos direitos das mulheres e da economia solidária. Todas têm algum contato com outras entidades já existentes como a FBES, e a UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, evidenciando o trabalho articulado em rede.

Eliminando a lógica da competição e substituindo pela solidariedade, esses grupos se identificaram em suas carências e dificuldades, e começaram a se organizar em busca de objetivos comuns, como por exemplo, a criação de uma legislação específica que atenda suas atividades, a busca por incentivos, crédito, feiras e eventos, financiamentos, além de utilizarem esse empreendimento e sua produção para divulgarem causas específicas: o movimento negro, como é o caso da Griffé Criolê; a cultura caiçara, com a Enseada da Baleia; comidas tradicionais brasileiras como é o caso do MCG Buffet; a sustentabilidade, o movimento feminista, também permeiam os grupos, promovendo ainda um debate sobre essas causas, em rodas de conversa durante as feiras. A economia solidária questiona essa hegemonia do capital, essa racionalidade dominante, e propõe uma economia paralela, muitas vezes informal, baseada na negociação, na cooperação, na retórica e na oralidade, e que resiste valorizando o trabalho, a cultura material e imaterial e os direitos humanos (RIBEIRO, 2013, p.306-307)

Nesse contexto, a economia solidária acaba tendo características que ultrapassam o conceito de uma simples atividade que busca renda, funcionando como um movimento social, ou como alguns autores denominam, *um novo movimento social*. Entre as características de um suposto novo movimento social, podemos apontar a identidade oriunda das carências e dificuldades similares de cada membro do grupo, embasando uma responsabilidade pela *práxis cotidiana*, que transcende os estreitos interesses de produção e consumo, capaz de romper com a lógica do paradigma social dominante, implantando novas práticas participativas e autogestionárias, com novas formas de institucionalização, e na busca por *novos direitos* (WOLKMER, 2001 131-139). Novos movimentos sociais não buscam a destruição do Estado, mas sim direitos de participação e reconhecimento de novos direitos dentro do Estado. Nesse sentido, Wolkmer (2001, p. 161-165) defende que esses grupos são também uma fonte de produção do direito, além do monopólio do Estado, e coexistem por certos períodos como uma “legalidade paralela”, evidências do pluralismo jurídico.

As mulheres entrevistadas se envolveram na busca de seus direitos, ou *de novos direitos*, como o movimento em Santo André, que conseguiu a parceria com o MTE e resultou

---

<sup>11</sup> SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2013.

numa incubadora, e um espaço de comunicação com a prefeitura, através do movimento da Rede Andreense que Cida Reis participou. Na impossibilidade de conseguir apoio da prefeitura e do Estado, elas saem em busca de parcerias com instituições privadas, projetos, editais, se articulam para organizar feiras em diversas regiões, como é o caso das mulheres da Enseada da Baleia, que já ganharam alguns editais, e a Griffé Criolê, que ganhou o edital de equipamentos. Todas as entrevistadas e muitas outras integrantes dos grupos participam de fóruns, viajam para feiras, promovem debates nas feiras, e são em muitos casos representantes ativas no movimento. Além disso, muitos grupos ainda não se formalizaram, existindo em uma informalidade ou “legalidade paralela”, conforme Wolkmer (2001), e estão em busca de uma regulamentação adequada.

Mulheres que eram donas de casa, ou trabalhadoras de baixa renda, resignadas no espaço doméstico, estão agora em uma nova relação com a sociedade e o Estado, impulsionados em partes por um movimento social iniciado no Fórum Mundial, e também por políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Antes alheias ao que ocorria no espaço público, fixadas no ambiente doméstico, dificilmente participariam de manifestações, debates ou de audiências públicas. Agora, ativas, viajando pelo país, questionadoras, reivindicando direitos e fortalecendo novas lógicas de organização.

Esta pesquisa mostra as dificuldades que estas as mulheres de baixa renda enfrentam para tentar se desenvolver, estudar, trabalhar, e ter sua autonomia e liberdade. Dificuldade de arrumar emprego, a responsabilidade pelos filhos e tarefas domésticas que raramente são divididas de forma justa, a vivência no espaço doméstico, que em geral bloqueiam um desenvolvimento amplo para mulheres. Mas a pesquisa mostra também que houve um avanço na vida dessas mulheres, após o contato com a economia solidária, ainda que algumas práticas hegemônicas permaneçam, como por exemplo, as atividades tradicionais femininas ligadas à costura e à alimentação. São barreiras que ainda precisam ser quebradas. A economia solidária tem o objetivo de gerar renda de forma solidária e sustentável, o que não necessariamente significa lutar especificamente por ideias feministas e equidade de gêneros, ainda que esses pontos permeiem a economia solidária. De qualquer forma, elas investiram em atividades que já conheciam e podiam fazer, que são tradicionalmente ensinadas às mulheres, e utilizaram esse pequeno espaço encontrado para mudar sua rotina, seu cotidiano, alterando as práticas hegemônicas (CERTEAU 1990, pág. 41). Mesmo sem lutar especificamente pelas mulheres, a economia solidária e sua lógica de funcionamento em grupo, foi a chave para que juntas cada uma conseguisse tornar-se mais ativa na sociedade, ocupando outros espaços, além do doméstico. Mulheres que hoje são empreendedoras e ativas no movimento social da economia solidária.

## ANEXO 1

Tabela 1 – Dados sobre as entrevistadas (autoria própria)

<b>Nome</b>	<b>Idade*</b>	<b>Natural de</b>	<b>Local do Empreendimento</b>	<b>Filhos</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Nº de pessoas no grupo</b>
Marize	45	Alagoas	Osasco	4	casada	8
Jarize	53	São Paulo	Osasco	2	casada	8
Cida Reis	51	Minas Gerais	Santo André	5	divorciada	5
Isabel	60	Rio de Janeiro	Hortolândia	3	divorciada	5
Tatiana	35	Cananeia-SP	Ilha do Cardoso - Cananéia -SP	1	casada	9

\*A Idade foi corrigida para o ano atual, uma vez que as entrevistas foram realizadas entre 2015 e 2016

**Siglas**

AMESOL	Associação das Mulheres na Economia Solidária
CENAES	Conselho Nacional de Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGS	Organização não governamental
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## Referências Bibliográficas

BORIN, Geraldo Aparecido, **O comportamento das organizações atuando em clusters de turismo ecológico: A proposta de um modelo de gestão**. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas. São Paulo-2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2460>. Acesso em 02 nov 2013.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria, práxis; Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da Dialética**. Porto Alegre, Editora Globo; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

BRASIL. Decreto Nº 5.811, de 21 de Junho de 2006. **Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm)>. Acesso em 05 mar 2017

BRASIL. **Lei nº 5.764/1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em 11 out 2014.

BRASIL. Lei nº 10.683 de 28 de Maio de 2003. **Conversão da Medida Provisória nº 103, de 2003 (Vide Lei nº 11.457, de 2007)**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.683.htm#art30xiii](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm#art30xiii)> Acesso em 05 mar 2017.

BRASIL. Lei nº 12.690/2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm). Acesso em 05 mar 2017.

BRASIL. Lei nº 13.341 de setembro de 2016. **Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória no 717, de 16 de março de 2016**. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm#art12](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm#art12)>. Acesso em 05 mar 2017.

CARDONE, Vanessa. **Cooperativas de trabalho: legalidade e subsistência** - São Paulo: Editora Antiqua, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição - 1998. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1990.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Esboço de História Ecológica e Social Caiçara**. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (organizador). Enciclopédia Caiçara Volume 4 – História e Memória Caiçara. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo, Editora Hucitec – Nupaub, 2005.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária** [S.N: s.n.]. Disponível em: <<http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>> Acesso 05 mar 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital : e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP : Boitempo , 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2014/SIS\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf)>. Acesso em 14 abr 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. Disponível em: <<biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 14 abr 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – **Relatório de Pesquisa Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros**. IPEA, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14846](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14846)>. Acesso em 21 fev 2017

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Acesso em 14 abr 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento /** Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos / 1 v.** (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4) Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª edição - São Paulo: Atlas 2009.

LIMA, André. **Santo André sai na frente com inauguração de Centro Público de Economia Solidária**. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Santo André. 2012. Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/noticias/item/5809--Santo-Andre-sai-na-frente-com-inauguracao-de-Centro-Publico-de-Economia-Solidaria>> Acesso em 05 mar 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - **Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios /** editado Armand Pereira; em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana - 1 ed. - Brasília : OIT, 2001.

OSASCO. Câmara Municipal. **Lei nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005. Institui Programa Osasco Solidária, estabelece princípios fundamentais e objetivos da política de fomentos à economia popular e solidária do município de Osasco e dá outras providências.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/clqqrh>. Acesso em 05 mar 2017.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades cooperativas.** 3º edição - São Paulo: Atlas, 2001.

PONTO DE CULTURA CAMINHOS. **Caminhos na Rede.** [S.N: s.n.]. Disponível em: <http://pontodeculturacaminhos.blogspot.com.br/>. Acesso em 05 mar 2017

PREFEITURA DE OSASCO. Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. **Programa Osasco Solidária - Página Inicial.** [S.N: s.n.]. Disponível em: <http://prefeitura.osasco.sp.gov.br/ConteudoSecretaria.aspx?ID=7&IDSUB=223>. Acesso em 05 mar 2017

REDE ANDREENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. [S.N: s.n.]. Disponível em: <http://raes-santoandresp.blogspot.com.br/> Acesso 05 mar 2017.

REDE CANANEIA. [S.N: s.n.]. Disponível em: <http://www.redecananeia.org.br/> Acesso 05 mar 2017.

REDE MOBILIZADORES. **Programa de Economia Popular e Solidária em Osasco (SP) forma primeiros empreendimentos.** 2010. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/noticias/programa-de-economia-popular-e-solidaria-em-osasco-sp-forma-primeiros-empresendimentos/> > Acesso em 05 mar 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente – ação, técnica e espaço.** Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.

ROBERTH HALF BRASIL. **Mulheres e o mundo corporativo.** 2016 (?). Disponível em: [https://www.roberthalf.com.br/sites/roberthalf.com.br/files/legacy-pdfs/robert\\_half\\_-\\_mulheres\\_e\\_o\\_mundo\\_corporativo\\_0.pdf](https://www.roberthalf.com.br/sites/roberthalf.com.br/files/legacy-pdfs/robert_half_-_mulheres_e_o_mundo_corporativo_0.pdf). Acesso em 13 abr 2016.

RODRÍGUEZ, Cezar; SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Introdução: para ampliar o cânone da produção.** Tradução Vítor Ferreira. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa (organizador). Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista. Edições Afrontamento, Porto, 2003, p.21-79.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes.** 3º Edição (1º edição 1969) - São Paulo- Expressão popular, 2013.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.804 de 13 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Programa Integrado de Qualificação – PIQ e dá outras providências.** Disponível em : <http://leismunicipa.is/kneat>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.832 de 26 de abril de 2006. Autoriza o município a celebrar convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e dá outras providências.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/ekant>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.889 de 20 de setembro de 2006. Convalida alterações do termo de convênio celebrado entre o município de**

**Santo André e a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego.** Disponível em: <<http://leismunicipa.is/atkne>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **O discurso e o poder; ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica.** Em: Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra, número especial em homenagem ao Prof. Dr. J.J. Teixeira Ribeiro. Coimbra, 1979-p. 227-341.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa (organizador). **Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Edições Afrontamento, Porto, 2003.

SÃO PAULO (estado). **Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas.** Assembleia Legislativa. Diário Oficial do Estado de São Paulo - Volume 126 - Número 120 - São Paulo, quinta-feira, 30 de junho de 2016. Disponível em : <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>>. Acesso 05 mar 2017.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL) é fundada em São Paulo.** 2013. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2013/04/15/associacao-das-mulheres-na-economia-solidaria-amesol-e-fundada-em-sao-paulo/>>. Acesso em 17 abr 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário** - Estudos Avançados. vol.18 no.51 - São Paulo - May/Aug. 2004.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária do Governo Federal** - IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de Trabalho 24 - ago 2004. Disponível em: <[www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24c.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24c.pdf)>. Acesso em 05 mar 2017.

TYGEL, Daniel. **O que é o FBES.** 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>>. Acesso em 05 mar 2017

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico – fundamentos de uma nova cultura no direito.** São Paulo: Alfa-Omega (2001).